



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 2020. (Do Sr. André Figueiredo)

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre as negociações relacionadas à aquisição de doses de vacina contra a Covid-19.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações sobre as negociações relacionadas à aquisição de doses de vacina contra a Covid-19:

1. Discriminativo dos critérios que vem sendo utilizados para a definição das vacinas contra a covid-19 que comporão o portfólio que atenderá a população brasileira;
2. Esclarecimentos sobre a ocorrência de negociação em curso para a aquisição da vacina desenvolvida pela farmacêutica Pfizer, em parceria com a empresa alemã BioNTech, e de avaliação técnica da viabilidade da distribuição desse imunizante no Brasil, considerando o anúncio da conclusão dos testes de fase 3;
3. Caso haja a negociação citada no item 2, indicativo do número possível de doses e do preço unitário e global dessas doses;
4. Demonstrativo da avaliação técnica citada no item 2, caso exista.
5. Esclarecimentos sobre a existência de negociação em curso para a aquisição de outras vacinas contra a Covid-19, em adição à desenvolvida pela AstraZeneca/Oxford e às previstas no instrumento COVAX Facility, e de avaliação técnica da viabilidade da distribuição desses imunizantes no Brasil;
6. Caso haja a negociação citada no item 5, indicativo do número possível de doses e do preço unitário e global dessas doses;
7. Demonstrativo da avaliação técnica citada no item 5, caso exista.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entidade vinculada ao Ministério da Saúde, assinou, em 31 de julho deste ano, um termo de parceria com a indústria farmacêutica britânica AstraZeneca, com a previsão de transferência de tecnologia entre os laboratórios e a produção de 100 milhões de doses da vacina contra a covid-19 no primeiro semestre de 2021, caso seja comprovada a sua eficácia e segurança. São ainda previstas, para o segundo semestre de 2021, mais 165 milhões de doses, totalizando 265 milhões. O medicamento está sendo desenvolvido pela empresa do Reino Unido em conjunto com a Universidade de Oxford e está em fase de testes clínicos no Brasil e em outros países.

Em 24 de setembro de 2020, foi editada a Medida Provisória n. 1003, que, por sua vez, autorizou a adesão do Brasil à aliança global coordenada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com vistas a garantir o acesso do país a um portfólio de vacinas em desenvolvimento contra a Covid-19. A aliança foi batizada de Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e reúne mais de 150 países. O país assegurou 40 milhões de doses para o primeiro semestre de 2021 no âmbito desse consórcio.

Desse modo, o Ministério da Saúde possui encaminhamento para a distribuição de 140 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 em 2021, da seguinte forma:

- 100 milhões de doses via AstraZeneca/Oxford (além dessas doses, no segundo semestre, o governo pretende produzir 165 milhões de doses deste imunizante); e
- 40 milhões via iniciativa COVAX Facility, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O governo de São Paulo e o Instituto Butantan, empresa produtora de imunobiológicos pertencente ao estado, firmaram acordo com a empresa chinesa Sinovac Life Science, do grupo Sinovac Biotech, para a realização dos testes clínicos da vacina denominada Coronavac no Brasil e para a importação e produção do imunizante em escala industrial no Brasil, caso a vacina apresente eficácia satisfatória, o que permitiria a entrega de 46 milhões de doses da vacina ainda em 2020. Todavia, o estado de São Paulo vem conduzindo esse processo de forma independente, à margem do apoio do governo federal.

Jair Bolsonaro já havia colocado em dúvida, no dia 19 de outubro, todo o protocolo de testagem ao qual a Coronavac tem sido submetido, alegando que a China, que tem mais de 1 bilhão de habitantes, deveria testar a vacina em massa antes de vender a outros países. Fez a afirmação, como se essa fosse uma exigência para comprovação científica da eficácia e segurança do imunizante, o que não é verdade, visto não ser requisito estabelecido em nenhum protocolo de teste no mundo. No dia 21 de outubro, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, em uma rede social, que o Brasil não iria comprar "a vacina da China", um dia após anúncio do Ministro Eduardo Pazuello ter anunciado a aquisição. Para completar, no dia 10 de novembro, o Presidente comemorou a suspensão dos testes clínicos dessa vacina pela Anvisa, em virtude da ocorrência de um evento adverso grave, que acabou sendo demonstrado que não tinha relação com o imunobiológico.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Todo esse cenário conturbado e cheio de disse-me-disse indica uma politização do processo de aquisição de vacinas, que deveria ocorrer sob a estrita observância de critérios técnicos, o que pode acabar levando ao descarte de vacinas que poderiam ser disponibilizadas mais rapidamente à população. Ademais, esse fenômeno vem afetando a credibilidade de uma vacina para a Covid-19 aprioristicamente, antes mesmo de sua aprovação, e até mesmo das demais vacinas já comprovadamente eficazes e seguras. Isso tem sido observado no Programa Regular de Imunização, que tem sofrido com uma queda abrupta nos níveis de adesão.

Destaca-se que o país contabiliza um total de 5.912.903 casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus e de 166.847 óbitos pela doença desde o começo da pandemia, com uma média móvel de 557 mortes nos últimos 7 dias, a maior desde o dia 12 de outubro. A variação foi de +45% em comparação à média de 14 dias atrás, indicando tendência de alta nas mortes por Covid. É a maior alta registrada desde o mês de maio, o que indica que o país caminha para uma segunda onda de infecções, sem que tenha superado a primeira, e exige que todos os esforços relacionados à imunização da população sejam empreendidos, assim que seja disponibilizada no mercado internacional uma vacina comprovadamente eficaz.

Em meio a esse contexto, a farmacêutica Pfizer anunciou hoje, dia 18 de novembro, a finalização dos testes de fase 3, que demonstraram que a sua vacina contra a Covid-19, elaborada em parceria com a empresa alemã BioNTech, é segura e tem 95% de eficácia. Segundo a empresa, a vacina previne as formas mais leves e graves da Covid-19. Até o momento, a droga também manteve praticamente a mesma taxa de eficácia para idosos, chegando a 94%.

Diante da conclusão dos estudos, a empresa deverá realizar, em alguns dias, um pedido de autorização de emergência para o FDA (Food and Drugs Administration), agência reguladora de medicamentos dos Estados Unidos, para poder distribuir o imunizante no país. Se as informações da Pfizer se confirmarem, o desenvolvimento da vacina quebrará todos os recordes de velocidade, pois é um processo que geralmente leva anos.

O anúncio da Pfizer acontece poucos dias depois de duas empresas que também trabalham em vacinas contra o coronavírus publicarem dados novos sobre eficácia de seus produtos: a empresa americana Moderna, cujos dados preliminares sobre sua nova vacina contra a Covid-19 apontam uma eficácia de quase 95%, e a vacina russa Sputnik, com resultados similares. Além disso, a chinesa Sinovac anunciou que sua vacina, a CoronaVac, é segura e conseguiu induzir a produção de anticorpos em 97% de seus voluntários testados.

Considerando tais resultados, o governo brasileiro tem o dever de acompanhar de perto as etapas de testes desses produtos e de avaliar, conjuntamente com as empresas fornecedoras, a viabilidade da aquisição de tais vacinas para distribuição no país, com base em parâmetros unicamente técnicos. Dadas as incoerências e as incertezas das ações do governo, em especial no que se refere à questão da vacina contra a Covid, **é fundamental que se esclareçam quais os processos de negociação em curso e em que parâmetros esses processos se baseiam.**

É nítido que a situação de saúde pública que o país enfrenta é dramática, de modo que a temporalidade na aquisição e distribuição das vacinas assume, neste momento,



